

O não-moderno e a dialética na crise da modernidade: Uma visão sobre a perspectiva urbana de Lefebvre

Victor Augusto Campos Alves
PUC-MG/UFMG
Especialização em Filosofia Contemporânea
Economista-UFMG
victoraca.2010.1@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca trazer um amplo e diferente espectro de análise da crise urbana. Este é baseado na premissa de que o mundo atravessa uma crise em seu modelo filosófico e também de planejamento urbano. Baseado nessa premissa apresenta-se que uma alteração completa no comportamento de cidadãos e governos é necessária. Construído sob uma matriz de lefbvriana/marxista o trabalho aponta a urgência de que se modifique não apenas as relações entre pessoas e o Estado, mas principalmente entre esses dois e o sistema capitalista. Seu principal objetivo é problematizar a necessidade e a validade de uma agenda específica de pesquisa que já ocorre em alguns centros, mas que merece mais atenção por todo o planeta.

Palavras-chave: Latour; Lefebvre; Crise Urbana; Crise moderna; não-moderno

Abstract

The present work aims to provide a different and broad spectrum of analysis to the urban crisis. It is based on the premise that the world is going through a crisis on its philosophical model and on its planning/urban model. Based on that premise it understands that a complete alteration on the citizens and governments behavior is needed. Built under a Lefebvrian/Marxist matrix it points out to the urgency of modifying not only the relations between people and State but mainly between those two and the capitalist system. Its main goal is to problematize the need and validity of a specific research agenda that has already started in some centers, but that must spread throughout the globe.

Key-Words: Latour; Lefebvre; Urban crisis; Modern crisis; non-modern

Introdução

O mundo contemporâneo tem sido palco de uma série de problemáticas que já eram importantes no final do século XX, mas que provavelmente já haviam sido identificadas no século anterior a este, com autores como Freud; Marx e Nietzsche. Com as guerras mundiais, as jornadas de 1968 e a crise sistêmica do capitalismo na década de 1970, se teve demonstrações importantes da falência da Razão, e, com ela, da modernidade. Esses autores criticaram, cada um a sua maneira, a crença de que o conhecimento humano poderia fornecer explicações absolutas sobre o mundo real. Então, seria este o primeiro momento da crise atual, o aparecimento da noção de que não há um sentido universal e a-histórico acerca das coisas do mundo – ou seja, há uma história ôntica e uma história ontológica. Com isso, a crise se instala como uma relativização de conceitos e da própria noção de “verdade”.

Na contemporaneidade, por sua vez, posiciona-se a tomada de consciência pelas populações (principalmente no mundo desenvolvido) de uma crise, de certa forma, geral. Entende-se aqui que esta crise se dá no campo das ideias e não de forma material, uma vez que, atingida a sociedade de abundância, foi-se constatando, paulatinamente, que as aspirações humanas não foram satisfeitas. Ao contrário do que a economia neoclássica proclamou, “mais nem sempre é melhor”. Portanto, o predomínio no discurso de nosso tempo da necessidade de crescimento econômico a qualquer preço e da importância de se alcançar níveis cada vez mais elevados de renda, poupança e investimento é relativizada e “o espetáculo, a serviço da acumulação, desestrutura a organização social moderna assentada na relação entre valor de uso e valor de troca. O ‘parecer ter’ supera o ‘ter’ como forma de superação exponencial do ‘ser’.” (SANTOS, 2015: 42). Com isso, esse trabalho baseia-se na premissa de que há uma crise da modernidade, como algo que caminha na direção do progresso como sinônimo de bem e de verdade supremas (SANTOS, 2015, p.43). Essa crise se mistura a várias outras que se pretendem crises individuais, mas que se filiam a esta crise maior, que é filosófica.

O presente trabalho busca, então, compreender uma dessas chamadas crises “subordinadas”, à luz desta noção de crise da modernidade, que é a crise urbana. Para além desse ponto teórico, quer se evidenciar aqui que existem motivos importantes para que haja interesse específico nessa agenda de pesquisa. Nesse sentido, o ponto de partida para a construção desse quadro de crise, além da observação empírica, é a teoria lefebvriana. Para o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, a sociedade atravessa um período de transição, uma mudança que conduzirá à urbanização completa da sociedade. O autor trabalha, portanto, com um objeto virtual, com o futuro, uma vez que esta sociedade é apenas hipotética. Na evolução do capitalismo, a chamada “sociedade industrial”, que se desenvolveu nos países avançados e que se deu de forma incompleta nos países atrasados, estaria então se movendo para uma sociedade (completamente) urbana.

Na época em que a industrialização começou, ainda nos séculos XVIII e XIX, o fenômeno da urbanização foi observado como importante e foi levado às últimas consequências de modo a gerar economias de escala e de aglomeração. A teoria clássica da ciência regional é capaz de descrever esse movimento causado pela indústria que associa, organiza, disciplina, ordena e agiliza a distribuição de pessoas e atividades no espaço e faz com que ela negue esse espaço enquanto condição, meio e produto das relações sociais. Portanto, a organização do espaço no capitalismo moderno acontece paradoxalmente, desconsiderando esse mesmo espaço e sendo justificada por interesses puramente locais e voltada para a economia de recursos. No entan-

to, em algum momento, principalmente devido a uma mudança tecnológica e econômica, a urbanização não se vê mais sujeita ao processo de industrialização. A urbanização ganha justificação própria e autonomia. A referida mudança tecnológica é crucial, porque a transmissão de informações, pessoas e bens em todo o globo tem atingido velocidades cada vez maiores, transformando o problema locacional em um problema secundário dentro da estrutura de custos das empresas. A mudança econômica também é relevante, porque a aceleração dos fluxos econômicos, dentro e fora dos países, possibilitou ao setor terciário (serviços) e, portanto, ao setor financeiro da economia, chegar ao primeiro lugar na composição do PIB mundial. Nesse sentido, essa mudança que ocorre na economia global provocou uma mudança no sentido da sociedade industrial e nas concepções clássicas do espaço. Além disso, a expansão do setor financeiro associada ao setor imobiliário, fez da urbanização uma questão central para a expansão do capitalismo moderno. Assim, devido a essas mudanças, o Capital tem se apropriado desse processo, de modo que a urbanização tornou-se capaz de ordenar o espaço e fazer a vida cotidiana das pessoas adentrar na lógica da acumulação, disciplinando assim as relações de trabalho na nova economia, tomada neste contexto (erroneamente) como uma economia que prescindia do espaço. A área rural, por seu turno, foi desintegrada para fazer parte de uma urbanização *sui generis*. Embora o campo mantenha as atividades típicas da agricultura e pecuária, foi-se alterando a lógica e o tempo econômico-social notadamente desacelerado desse espaço. Com a crescente introdução de máquinas e tecnologia, esse espaço se torna, na contemporaneidade, cada vez menos rural e mais industrial devido a um processo conhecido como urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2006). Assim, quer se dizer que a questão urbana, futuramente, se tornará universal; entende-se que a sociedade completará em algum momento essa transição. No momento atual, os vestígios da sociedade antiga se misturam com novos traços. Assim, a própria agenda desta sociedade ainda está em formação, mas como Lefebvre aponta, o seu conteúdo programático difere bastante das aspirações das “sociedades industriais”, e este conflito é uma das causas da crise.

O panorama da crise urbana e moderna

Assim, a racionalidade por trás deste estudo identifica a ocorrência dessas duas crises: a da modernidade e a urbana. Nessa perspectiva, do lado da crise urbana, percebe-se que o sistema capitalista, da forma como está organizado, não consegue responder a (pelo menos) duas importantes demandas sociais de nosso tempo: a demanda ambiental e a melhoria das condições do cotidiano, ambos abarcados pelo grande conceito de "direito à cidade". Sob a ótica de Lefebvre descrita anteriormente, assumindo a hipótese de transformação completa da sociedade em uma sociedade urbana, a questão do direito à cidade passa a ocupar um papel primordial para mudar esta situação de crise.

Em primeiro lugar, a ideia de acumulação capitalista trazida por Marx aponta que o lucro é a única meta do capitalista. Para atingir esse objetivo e completar o ciclo M-C-M' de uma forma recorrente e para superar os desafios da tendência de queda na taxa de lucro, compreende-se que o fluxo de bens colocados em circulação deve sempre ser aumentado, a sua velocidade (de produção e circulação) expandida e a taxa de exploração do trabalho intensificada (extração de mais-valia) (MARX, 1968). Por outro lado, o conceito de sustentabilidade ambiental traz consigo a noção de que para que a vida humana se reproduza em um ambiente de relativa estabilidade, deve-se ser capaz de reduzir o consumo; reutilizar os materiais e alocá-los para usos novos e diferentes; e reciclar o que pode ser modificado e reinserido na cadeia produtiva. Todos esses fa-

¹ Trata-se aqui de deslocar a questão fundamental marxista do espaço fabril tradicional, o da esfera da produção, para a cidade, ou como prefere Lefebvre, para o espaço urbano (esfera da reprodução por excelência), por uma via que, ainda que dialética, é distinta da de Marx (CASTRIOTA, 2016).

Resumidamente, trata-se da síntese da antiga dicotomia cidade-campo, num terceiro elemento dessa oposição dialética: a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social (MONTE-MÓR, 2006).

tores vão de encontro ao conceito de obsolescência programada, contra a idéia de se produzir mais e mais bens de consumo e contra a idéia de alta velocidade de realização dos bens no comércio. Ao se aprofundar a exploração do trabalho pela crescente divisão entre o trabalhador, o processo de trabalho e os seus produtos (alienação), verifica-se que se está, cada vez mais, desumanizando a atividade que mais caracteriza e distingue o homo faber de Marx dos outros animais: o seu trabalho, ou obra (LEFEBVRE, 1967). Os outros lados da vida cotidiana como a festa e a mobilidade urbana, têm sofrido com a crescente subsunção do valor de uso dos equipamentos da cidade ao valor de troca. Destaca-se essa subordinação, ou inversão de valores: na necessidade de dotar o capital de condições gerais de produção que transformem os espaços públicos de modo que o capital possa perpetuar-se com maior facilidade; na transformação dos espaços privados em meros habitats para o trabalhador, na transformação da questão da habitação, em uma questão de proporcionar à força de trabalho as condições mínimas de reprodução da sua força de trabalho (em contraste com o conceito de habitar). Esta separação da vida na subdivisão acima descrita é uma evidência de que a análise de fenômenos urbanos através de ciências subsidiárias produziu uma separação artificial das aspirações humanas. No entanto, se o fenômeno urbano foi produzido (induzido) pela industrialização generalizada nos séculos XVIII e XIX (nos países precursores); e XX (países atrasados), a urbanização supera a sua condição subsidiária e se torna um fenômeno autônomo hoje em dia (este é um fato descrito por Lefebvre já no final dos anos 60). Mais do que isso, assim como "ser industrializado" era algo almejado pelos países, hoje é a urbanização, na acepção extensiva do termo¹, que é tratada como sinônimo de modernização e avanço social. Nesta visão, o novo capitalismo tem menos comprometimento com o local, na medida em que as mudanças tecnológicas proporcionaram mobilidade ao Trabalho e ao Capital. O espaço contemporâneo e suas teorias são atravessados pela ideologia moderna-capitalista, o que tem feito com que ele seja visto como nada mais do que o tempo que se leva para transportar pessoas e produtos no planeta, para que os bens possam ser trocados (pelo menos) no tempo socialmente necessário (HARVEY, 2013). Este é um grande reflexo da contínua perda de vinculação do capital com bens outrora tangíveis. Na medida em que o capitalismo se torna cada vez mais baseado na tecnologia da informação financeira, a produção ao longo das linhas da grande indústria do passado perde importância. A urbanização como objetivo (em-si) trouxe grandes mudanças no espaço como um todo. Como consequência lógica do capitalismo industrial, a urbanização tendia a tensionar e polarizar os espaços rurais e urbanos. Hoje essa separação tem pouco sentido, já que os fragmentos e elementos urbanos invadiram a esfera rural (MONTE-MÓR, 2006). A produção própria das áreas rurais mudou, incorporando uma lógica capitalista e inserindo-a no contexto das pessoas que habitam esses espaços, o que criou novos mercados de consumo e permitiu uma expansão do Capital para além do território da cidade industrializada. Desta forma, a cidade com seus elementos explodiu pelo espaço, lançando seus pedaços sobre toda a superfície. Diante desse processo, a cidade capitalista sofre hoje uma crise sem precedentes. Há uma mudança em curso no modo como o espaço participa do processo de acumulação, de modo que, do ponto de vista da produção espacial:

“O espaço produzido se torna mercadoria que se assenta na expansão da propriedade privada do solo urbano (...) [e], no movimento de passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, redefine o sentido do espaço que assume também a condição de produto imobiliário – matéria-prima da valorização do capital em potencial.” (CARLOS, 2015, p.17)

² Faz-se referência aqui à interpretação corrente nos ensaios da coletânea *Crise Urbana*, organizada por Ana Fani Alessandri Carlos; e também ao livro *Um novo planejamento para um novo Brasil*, organizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)

Este desenvolvimento, no entanto, tem provocado problemas mais graves nos países subdesenvolvidos. Tanto pela velocidade com que o fenômeno da urbanização ocorre, quanto pela escassez de recursos nestes países. No entanto, a distribuição desigual dos serviços no tecido urbano acarreta um diferencial imenso no preço da terra, o que tem feito com que aqueles que não têm renda suficiente sejam forçados a buscar locais impróprios à moradia, ou, ainda, que estes tentem acessar a terra por mercados informais. Desse modo, conclui-se que os problemas gerados pela urbanização têm sido suportados principalmente por aqueles grupos que não têm recursos para se colocarem nos poucos espaços privilegiados das cidades. Apesar desse cenário, a legislação brasileira (e latino-americana) se desenvolveu de modo a possibilitar a alteração desse quadro. Vários instrumentos foram criados, mas que têm sido utilizados como casos isolados e não como regra, o que não tem possibilitado a justiça fiscal, espacial e social necessários à diminuição das desigualdades no país.

Observa-se que as cidades brasileiras se desenvolveram de acordo com um padrão urbanístico aparentemente desordenado, mas que serviram aos interesses das classes privilegiadas e ao capital imobiliário. A produção das cidades se processou criando desigualdades no espaço, excluindo a participação da população e aumentando os custos sociais e econômicos da urbanização, com cidades espalhadas e pouco eficientes. Por este motivo, as desigualdades da oferta de serviços públicos e na infraestrutura urbana criaram diferenciais de preço no solo urbano que explicam porque os mais pobres: não tiveram

condições de adquirir terras, ocuparam informalmente terras devolutas ou privadas subutilizadas, ou, em alguns casos, só puderam acessar a terra por mercados clandestinos. No entanto, ao longo do século XXI, no Brasil, algumas políticas melhoraram em algum nível essa situação, mas de maneira insatisfatória. Apesar de algumas inovações legais, a sua aplicação vem dependendo de vontade política e conhecimento, este ainda incipiente, por parte dos técnicos municipais (titulares do provimento público da urbanização), na busca de reverter a segregação territorial presente no país.

As jornadas de junho/julho de 2013 no Brasil podem ser interpretadas como uma manifestação da crise e de interesses que parecem difusos e pouco claros à primeira vista. A interpretação que alguns estudiosos da geografia crítica e do planejamento urbano² deram ao fenômeno é precisamente que essa insatisfação se deve à falência de uma espécie de modelo de cidade. O fato exposto por estes e outros autores é que o modelo que vigora no capitalismo tende a extrapolar a esfera econômica e se impor a todos os domínios da vida humana de modo que, no limite, deixam de existir outras preocupações que não as materiais. Nos discursos da população que esteve nas ruas via-se um desejo de ampliação (ou de efetiva aplicação) do Estado de Bem Estar Social, inaugurado, pelo menos no plano teórico, com a Constituição de 1988. Assim, ao Estado, que tem sido reles instrumento (cada vez mais autônomo com relação à sociedade) de perpetuação das condições gerais da produção capitalista, foi solicitado com veemência, que ele retorne à sua condição consagrada de garantidor dos direitos sociais. Portanto, o argumento aqui

construído é o de que a crítica foi dirigida, nesses movimentos, não ao Estado, mas ao que ele se tornou a despeito da vontade popular. A sua retomada passa por algum tipo de “republicização” da sociedade, onde todos se sentem participantes ativos e co-responsáveis pelo bem-estar geral, e não apenas tutelados por um Estado cada vez mais maior. Esse tipo de manifestação é tido aqui como uma subversão à ordem vigente, uma manifestação do urbano nascente na nova sociedade, um resíduo que se manifesta na singularidade e na (vontade de) liberdade (LEFEBVRE, 1967). Não é por outro motivo que para Lefebvre, o urbano é:

“a liberdade de produzir diferenças, é a possibilidade de criar situações e gestos tanto ou mais que criar objetos. O urbano quer refundar a sociabilidade: 1) quer substituir o contrato pelo costume; 2) quer a reapropriação, pelo ser humano, de suas condições, no tempo, no espaço e nos objetos; 3) quer a autogestão da produção, das empresas e do território.” (PAULA, 2014, p.243)

Assim, se um novo modelo irá modificar ou substituir o atual capitalismo por algo novo, ele deve propor, como solicitado nas ruas, que a vida humana, embora tenha várias dimensões, não deve ser tratada de forma fragmentada e não deve se submeter à dominação do capital. Essa dialética é o que torna difícil traduzir essas demandas em políticas e proposições claras na medida em que não se pode permitir que qualquer tipo de análise individual se sobreponha à outra. Desta forma, mais do que reunir-se em grupos de arquitetos, planejadores urbanos, economistas, sociólogos, engenheiros, etc., é preciso disseminar o conhecimento de cada área para produzir um conhecimento diferente. Aqui quer se dizer que a demanda das ruas foi, ainda que apenas na forma de um resíduo e sem a sua plena consciência, uma demanda pela *Revolução Urbana*.

Transformar a realidade urbana passa pela possibilidade de mudar a forma como as pessoas se relacionam com o cotidiano, com a sua vida. Se a vida se realiza de uma forma total, então o planejamento urbano deve ser contrário aos interesses do capital que têm um olhar exclusivo sobre os problemas do lucro e para a realização dos bens (eficiência no movimento do capital). O Estado tem sido um instrumento pouco poroso a essas aspirações do cotidiano já que este reproduz condições para uma melhor circulação do capital. Nada mais lógico, já que o Estado está comprometido com objetivos capitalistas como o crescimento econômico, como a distribuição de renda de forma compatível com a reversão das receitas em capital e com um mercado consumidor em expansão. A sociedade, em outras épocas, pode ter exigido esse tipo de objetivo, mas, quer se evidenciar o fato de que essas metas conflitam com muitas outras. Não se quer dizer aqui que qualquer política deve, então, prejudicar os interesses capitalistas. Se a sociedade entende (e o expressou de muitas maneiras) que o capitalismo ainda é a forma mais adequada de responder às suas preocupações, os bons projetos para a cidade e os cidadãos devem tentar responder a ambos: eficiência e avanço social. Hoje parece claro que se deve estar disposto a perder em eficiência econômica, na maioria dos casos, a fim de que se ganhe em mobilidade urbana, qualidade de vida e de meio ambiente. Ao que parece, esta é uma opção que as sociedades estão dispostas a tentar.

Como afirmou o próprio Lefebvre, o socialismo utópico e depois dele o socialismo científico pensaram em como dominar e guiar o processo de industrialização. (LEFEBVRE, 1999). Esta realidade já está em muito modificada e, por isso mesmo, os críticos da esquerda têm de abandonar a lógica industrial que guiou as ideias no passado. As velhas oposições que Marx criou mudaram e a nova esquerda deve ser capaz de não apenas reproduzi-las, mas também de modificá-

las por meio de teorias críticas. Como se trata de um autor que concebeu as suas idéias em meados dos anos 1800, não se deve olhar para ele com os olhos de hoje. Marx, Engels e outros foram forjados em meio a uma sociedade moderna e suas mentes são muito influenciadas por esta tradição intelectual. O urbanismo aplica até hoje esta racionalidade sobre o espaço de muitas maneiras e por todas estas razões parece claro que uma lógica diferente deve prevalecer sobre a que guiou os planejadores no século XX.

No entanto, acredita-se que três grandes pilares estão em grande evidência hoje para o (re)estabelecimento da "urbanidade" que esta nova sociedade requer: relações de trabalho; mobilidade e sustentabilidade. Todos eles se relacionam de alguma forma com a experiência dos espaços da cidade e só podem ser modificados em sua estrutura por meio da idéia de que a reprodução da vida deve assumir um papel primordial em relação à troca. A predominância desta última esfera em detrimento de todas as outras produziu: um trabalhador insatisfeito, desconectado com o produto de seu trabalho e, portanto, desvalorizado; espaços públicos e privados que obedecem apenas aos princípios de eficiência produtiva e ambientes naturais devastados que prejudicam o bem-estar da humanidade. Melhorar a experiência do homem com a cidade é fazer com que sua vida privada coexista harmoniosamente com a vida de toda a população. Como afirma Santos (2012), as idéias que desejamos enfatizar provêm da "convicção do papel da ideologia na produção, reprodução e manutenção da globalização atual (...) e de que diante dos mesmos materiais atualmente existentes, tanto é possível continuar a fazer do planeta um inferno, conforme no Brasil estamos assistindo, como também é viável realizar seu contrário"(SANTOS, 2012, p. 14).

No que tange a crise da chamada "Constituição moderna", já apontada por Latour (2013), é importante dizer que este trabalho se baseia na hipótese de que o advento da modernidade é o que formou, em grande parte as sociedades ocidentais. Estas sociedades romperam com o Antigo Regime a 1453, com a captura de Constantinopla pelos Turcos Otomanos; se encontraram, dizimaram e mudaram as novas populações do (novo) mundo mais a Oeste, produzindo uma nova cartografia e uma nova área de influência e migração de homens e idéias. Com a interferência destas sociedades ocidentais, produziram-se profundas mudanças nos povos do Leste também, a partir do período das Grandes Navegações. No entanto, dado o nível de complexidade das sociedades nativas desses lugares e devido ao fato de terem conseguido resistir no tempo aos ataques a seus territórios, eles conseguiram sobreviver e hoje coexistem culturalmente com a influência do Ocidente, e sofrem também a influência da modernidade e de sua crise. Apesar de se entender aqui que a modernidade é um fenômeno que se formou no contexto europeu, entende-se também que ela foi exportada, ainda que de maneira incompleta, a outros países considerados periféricos. No seu contexto de colônia e de exploração, as nações dominadas sofreram a influência da mentalidade europeia, bem como se colocaram em uma posição subalterna. Sempre em condição de desvantagem, nesses locais, se vislumbrava alcançar um nível civilizatório "aceitável", chancelado pela visão eurocêntrica. Nesse sentido, civilização e barbárie; desenvolvimento e subdesenvolvimento; natureza e cultura são sempre faces de uma mesma moeda. Os primeiros só existem porque existem os últimos. Mais do que isso, trata-se de dizer que as questões forjadas na crise da modernidade ocorrida no centro do mundo capitalista trouxeram problemas reais a esses países periféricos. Estas questões transbordaram para o sul global na forma da práxis pós-moderna-capitalista que segrega os países subdesenvolvidos do sistema internacional, excluí as regiões deprimidas desses países de seus próprios centros econômicos e divide social e economicamente as cidades em zonas econômicas de atração e repulsão.

3 “Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.” (SANTOS, 2012:14)

4 Caso a visão crítica tivesse prevalecido, a questão do subdesenvolvimento seria mais uma questão externa que interna como hoje tem se visto em alguns países da América-Latina como Bolívia e Equador. Esses são locais onde tem se entendido o papel que a ideologia teve na conformação do quadro de dependência e na importação de uma crise que advém das filosofias políticas europeias (SANTOS, 2016)

“Aqui ainda se trava uma árdua luta por condições mínimas de vida, por direitos básicos; já amplamente conquistado naqueles países [os desenvolvidos]. O direito à cidade revela, portanto, a iniciativa, a passagem para a ação que coloca em xeque a totalidade do social submetida à economia e, por isso mesmo, às regras do crescimento econômico” (CARLOS, 2015, p.20).

Dessa passagem dois pontos parecem importantes. Primeiro que, embora os contextos sejam diferentes em cada lugar, a questão do direito à cidade está presente onde quer exista o sistema capitalista. Em segundo lugar, que, a globalização do Capital, nesse sentido, permitiu que, aos problemas do subdesenvolvimento, os quais se ligam a agendas já superadas pelas “sociedades industriais” europeias do século XX, fossem agregadas as questões da contemporaneidade e da nova agenda das “sociedades urbanas” em formação. Nesses contextos, então, coexistem problemáticas distintas, fato que pode conferir à periferia um papel de vanguarda na mudança³. O argumento é que a globalização e o caráter dependente (por vezes mimético) desses países no sistema internacional faz com que o desenvolvimento dos países atrasados seja pautado por um dualismo importante, que, embora conserve questões próprias (misturas de modernidade e não-modernidade), possui uma interface imediata com as problematizações emanadas do centro mundial. Entende-se que se os quadros teóricos que informaram o subdesenvolvimento foram importados do centro, ainda que existisse nesses países uma teoria crítica importante. Ou seja, os vencedores do embate interno foram quase sempre os defensores de medidas emanadas de órgãos como o FMI e o Banco Mundial.⁴ Por esse motivo, acredita-se poder, ainda que de modo indireto, trazer essas questões também à pauta da periferia, de modo que se reconheçam as especificidades e que as saídas à crise podem ser diferentes em cada contexto.

Assim, a modernidade foi forjada no contexto de duas importantes revoluções que ocorreram nas sociedades ocidentais, a revolução científica e o Iluminismo (que inspirou as revoluções burguesas) nos séculos XVII e XVIII, respectivamente. Este conceito, formado em retrospectiva, é a conjunção dos fatores intelectuais e técnicos que causaram a divisão teórica entre natureza e cultura. “Nos escritos de Adorno e Horkheimer, essa separação entre homem e natureza é uma estrutura estrutural do esclarecimento que se traduz na superioridade da razão.” É o resultado da separação entre razão e emoção, entre espírito e corpo, ou entre teoria e prática. (SANTOS, 2015, p. 39). Para Latour (2013), a palavra “moderno” significa duas práticas: uma mistura de gêneros de novos seres, híbridos de natureza e cultura e uma separação de seres humanos e não-humanos. A primeira é o que permite que a mesma matéria de jornal fale de ecologia, política e tecnologia ao mesmo tempo, e a segunda permite que os modernos analisem separadamente, ciência, sociedade e natureza, sem misturá-los. No entanto, o fato importante nesta análise é que o moderno ignora a proliferação desses híbridos enquanto analisa separadamente o mundo natural e o ser humano. Em outras palavras, enquanto a vida cotidiana é permeada por uma mistura de cultura e natureza, o moderno insiste em rever ambos separadamente, sem levá-los em conta na dimensão de suas misturas e simbiose. Assim, para este autor, a consciência da existência de híbridos rompeu com o que

constitui a modernidade, que seria então, a própria ignorância dessa mistura, o que lhe permitiu acontecer. Desse ponto de vista, a crise urbana manteria uma relação importante com uma suposta ruptura desta Constituição, e, portanto, repousa na própria crise da modernidade em andamento. Mais do que isso, o pressuposto aqui é que esta crise cria as condições para a proposição de alternativas que não negam os avanços trazidos com a modernidade, mas que a considera incapaz de se sustentar filosoficamente vis-à-vis os novos objetivos da "sociedade urbana" em formação. Como Santos (2012) nos informa, a construção de um mundo mais humano encontra suas condições materiais para se estabelecer, "basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana "(SANTOS, 2012, p.174). A referida mutação tecnológica seria permitida e causada pela modernidade, mas a mutação filosófica precisaria romper-se com ela.

Proposições para uma agenda de pesquisa

A modernidade como discurso pregava o crescimento econômico, o individualismo e uma filosofia da ciência baseada na lógica-formal. Uma vez que ela se baseia na separação descrita na seção anterior, natureza e seres humanos poderiam evoluir separadamente, o segundo dominando o primeiro sem se imaginar qualquer tipo de conflito, colocando-se, nessa visão, a natureza em uma conotação negativa. Assim, o reconhecimento da relação dialética entre os pares bem-estar e renda, desenvolvimento e preservação da natureza, liberdade e sentimento comunitário, para citar alguns, rompe não só o discurso, mas os fundamentos da sociedade e o que ela acredita. Assim, nessa visão, quando se analisa todas as características de uma crise moderna, pode-se pôr em causa que ela se entrelaça com o que as pessoas estão reivindicando hoje em dia nas ruas. As próprias raízes da crise urbana confundem-se com a moderna, filosófica. Assim, quando o capitalismo é posto em movimento com o processo de acumulação primitiva e as políticas de cercamentos na (atual) Grã-Bretanha, ele se espalha e adquire sua forma conhecida apenas porque havia um processo imaterial acontecendo simultaneamente que permitiu uma modificação no plano das idéias. Por isso se deve separar entre capitalismo e modernidade. Dado que o processo de produção é a própria interação entre homens e natureza, esta pode acontecer de duas maneiras: de forma conflituosa ou harmônica. Quando alguém, filosoficamente, divide esses dois entes, cria-se as condições da mercantilização do homem (trabalho) e da natureza (terra), mercadorias fictícias, nas palavras de Karl Polanyi. Fictícias porque são bens que não foram produzidos para a venda. Assim, nesse prisma, os homens não teriam laços com a natureza. Um pedaço de terra em determinado local não poderia ter qualquer valor intrínseco que pudesse diferenciá-lo de outro do mesmo tamanho e fertilidade. Como essa banalização é crucial para o desenvolvimento do capitalismo no século XIX, deve-se reconhecer o papel da modernidade no processo, mas também reconhecer que esse era um processo não-natural, portanto histórico, que foi apropriado pelas incipientes forças capitalistas no campo da Grã-Bretanha. Aqui Polanyi merece uma citação mais longa:

"Aquilo a que chamamos terra é um elemento da natureza inexplicavelmente entrelaçado com as instituições do homem (...). Tradicionalmente, a terra e o trabalho não são separados: o trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, às organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo - como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. "(POLANYI, 2012, p.199).

Se, no plano das idéias, a sociedade se modifica, o capitalismo pode até sobreviver em condições diferentes (ou nomes diferentes) ou um novo sistema pode emergir, mas o caminho moderno não permitirá que as pessoas se libertem das condições exploratórias em voga. Assim como Latour e Moore apontam, um caminho novo e não moderno é necessário se a sociedade deseja preservar as conquistas modernas, como a tecnológica, mas evoluir na coesão social e na felicidade social. A partir desse ponto, um sistema social diferente pode surgir, questionando as premissas das sociedades atuais. A partir disso, a mudança poderia acontecer em um modelo de baixo para cima e as contradições capitalistas serão naturalmente atacadas, uma vez que esse sistema se situa sob um quadro modernista. Sem estes pilares, o atual sistema, pelo menos terá que se modificar e se transformar para se tornar um sistema menos exclusivista. Aqui se pensa que a única maneira de abordar essas questões é através de um modelo dialético.

A modernidade tem como um de seus pilares o que é chamado por Lefebvre de modelo de lógica-formal. Isso se dá pelo fato de que este modelo está de acordo com a separação humana, não-humana em sua essência. A lógica por trás da maior parte do desenvolvimento das chamadas teorias científicas ao longo do século XX (e ainda hoje) é aquela que separa explicitamente sujeito e objeto. Este método não busca entender a questão do conhecimento em suas relações com o todo, contradições internas e do vir-a-ser, em outras palavras não possui uma visão sistemática. Dado que "sujeito" e "objeto", como questão epistemológica, é uma oposição entre homens e natureza (quando se refere à técnica), parece que, se se quer conciliar ambos os pólos, deve-se alterar a maneira de olhar para essa questão. A visão dialética do mundo fornece melhores instrumentos, pois não isola um fato ou fenômeno para compreendê-lo completamente. "Aislar un hecho (...) es transformar a la naturaleza en una acumulación de objetos externos unos a los otros, en un caos de fenómenos" (LEFEVBRE, 2013, p. 282). Ao fazer isso, a dialética toma as coisas como elas são: um movimento perpétuo. Enquanto a lógica formal interpreta os fenômenos como se eles fossem separados e imóveis, desconectados da pessoa que olha para o problema, ela não é capaz de trazer o conhecimento da totalidade. Para a dialética não há equilíbrio no mundo, o que existe são contradições e a superação que é tornada possível por essa unidade entre coisas no real e porque envolve um desenrolar da sociedade em uma forma espiral. Nesta visão, "El imperio de la lógica [lógica-formal] se circunscribe en el modo de producción capitalista y para este. El *emprise logique*⁵ se convierte a su vez em la filosofía de ese modo de producción..." (LEFEVBRE, 2013, p. 15). Para Latour, esse hibridismo, ou em nossos termos, a inter-relação natureza-homem, sujeito-objeto, é tão claro agora que é impossível sustentar a modernidade, inversamente, é impossível sustentar a lógica formal e, assim, o capitalismo.

O presente texto pretende mostrar, então, a necessidade de se avançar nessa agenda de pesquisa, de modo que seja evidenciada a necessidade de se articular os elementos que a crítica à esquerda propõe para o pós-crise. Ou seja, o caminho traçado busca identificar qual é a agenda desta "sociedade urbana" em formação e os possíveis caminhos teóricos e filosóficos para se chegar até ela, buscando alcançar as políticas que conduziram à implementação desta agenda. Como o entendimento colocado é que a crise é teórico-filosófica, entende-se que a saída de ambas as crises (que se sobrepõem) não prescinde de novas formulações teóricas. O processo político que deve ocorrer para as mudanças necessárias em uma sociedade democrática não pode acontecer sem que, em primeiro lugar, haja um debate de idéias. A ausência de tal conversa pode fazer com que, uma vez mais, um processo social ou uma política urbana inovadora seja capturada e conduzida por uma combinação perversa entre Estado e Capital, excluindo a partici-

ção verdadeiramente popular. Assim, o desafio trazido à nova esquerda é o desafio de colocar os escritos da tradição crítica em termos atuais. Se eles foram pensados nos antigos moldes modernos, eles devem ser revisitados com uma visão não-moderna. O velho proletariado modificou-se e deu lugar a uma nova força de trabalho difusa que, em termos modernos, avançou em suas demandas. Apesar desse reconhecimento, por uma perspectiva diferente pode-se afirmar que a desconfiguração da modernidade desintegrou também uma enorme massa de pessoas e tornou mais difícil que haja um alinhamento de interesses.

O Estado, ao longo do século XX, foi se tornando mais poroso à reivindicação das classes oprimidas, de modo que a velha causa revolucionária perdeu seu poder de mobilização. A esquerda deve estar interessada agora em um aprofundamento da democracia que acabará por conduzir ao questionamento de princípios que atualmente têm guiado as sociedades, como: a liberdade, a liberdade, a propriedade etc. A idéia aqui é dizer que autores como Milton Santos, Bruno Latour, Celso Furtado no seu Criatividade e dependência, Steven A. Moore na arquitetura, David Harvey e Henri Lefebvre, para citar alguns, estão se referindo aos mesmos processos. Cada um trata o assunto a partir de discussões específicas que os interessam, mas todos trazem a noção da necessidade de mudança social por meio de uma teoria diferente, ou mesmo, por meio de uma mudança que ocorra de baixo para cima. Portanto, este trabalho busca esclarecer a importância de se estabelecer conexões entre estes e outros escritores, compreendendo que este diálogo trata das grandes questões que constituem a crise e das mudanças que são necessárias. A postura dos autores citados ressalta a necessidade de uma evolução teórica e como, sem o desenvolvimento dessa frente de pesquisa e sem um espraiamento desse conhecimento para a sociedade não haverá uma verdadeira mudança de conceitos e valores.

Em vista disso, este trabalho aponta a validade da crítica marxista-lefebvriana, sem prejuízo do diálogo que se faz necessário com outras frentes, uma vez que considera que desta interpretação surgiram discussões mais frutíferas. Ou seja, como já foi observado anteriormente, entende-se que o debate deve partir de uma crítica do sistema capitalista, mas neste momento com uma visão que pode soar mais reformista⁶ (que nos remete aos autores situacionistas do século XX) do que revolucionária em relação às políticas e proposições da transformação do sistema. Não se trata de uma guinada conservadora no teor do texto, mas apenas quer se abandonar o entendimento da “revolução” no seu sentido clássico e evitar adentrar nas questões filosóficas e metodológicas importantes já endereçadas à esquerda sobre a aparente impossibilidade do sucesso da revolução (ver MERLEAU-PONTY, 2006 e RANDOLPH, 2014). Se as idéias apresentadas são de caráter socialista, elas estão mais ligadas à definição de Polanyi do que qualquer outra, pois o socialismo para ele é, em sua essência, a tendência inerente a uma civilização industrial (e agora urbana) a transcender a auto-regulação do mercado, subordinando-o, conscientemente, a uma sociedade democrática (Polanyi, 2012, p.265). Se o mercado absolutamente auto-regulado nunca ocorreu é porque o contra-movimento da sociedade está sempre acontecendo na direção oposta, mantendo as estruturas sociais minimamente em coesão. No que diz respeito à crítica que Lefebvre faz à filosofia do conhecimento construída sob a influência de Modernidade, a compartimentação do conhecimento deve ser vista como extremamente prejudicial a qualquer análise que discute a realidade. Para isso precisa-se de um novo modelo de conhecimento (especialmente no que diz respeito à educação universitária) e um entendimento diferente sobre o que é o conhecimento científico. O que Lefebvre aponta é que o conhecimento fragmentário e tendencioso que visa informar a ação dos planejadores e urbanistas (e cientistas em geral) é insufi-

6 “Eis o processo de uma subversão que não confronta ou se levanta contra o sistema, mas que cria na práxis cotidiana formas duradouras que não se submetem às forças colonizadoras dos sistemas e que, de alguma forma, não estão acessíveis às suas lógicas.” (RANDOLPH, 2014, p.48).

ciente. Daí resulta que parte da solução do problema é formar pessoas com conhecimento do todo, para uma abordagem mais difusa sem permitir que os conteúdos presentes em disciplinas isoladas prejudiquem a síntese necessária para a compreensão efetiva.

Conclusões

Desse modo, o trabalho procurou analisar quais são as condições atuais da crise urbana e moderna do mundo. Mostrou, do ponto de vista lefebvriano, que a combinação entre capitalismo e modernismo forjou um forte aparato teórico que sustentou as sociedades ocidentais ao longo do século XX e no início do século XXI. Embora os sinais de uma grande crise, que supera o campo econômico, já estivessem lá (talvez desde a década de 1960), é hoje em dia que todo o sistema descrito acima está em colapso. A transição necessária para um sistema diferente não encontra condições para aparecer em um contexto em que as pessoas simplesmente não sabem para onde ir. A partir dessa discussão, pensa-se que a crise atual é um produto da crise no reino das idéias. As idéias que tornaram possível a conformação política e econômica do mundo atual não correspondem mais às aspirações da nova "sociedade urbana" em formação. Como Polanyi (2012) aponta, o liberalismo econômico tem sido uma crença na qual as pessoas depositaram a salvação da humanidade, e isso não se concretizou. Por isso, procurou-se demonstrar a necessidade de um debate que articule esses elementos, crise moderna e urbana, demonstrando que eles se sobrepõem e que algumas das causas do mal-estar da sociedade com a sua vida cotidiana encontram as suas raízes numa crise moral e filosófica. O artigo convida os pesquisadores a entrar nesta seara apontando para duas possíveis saídas. Em primeiro lugar, e de acordo com Lefebvre, o nosso sistema de conhecimento não nos leva a responder às novas questões da agenda urbana. Assim, a mudança inicial e de longo prazo passaria por uma transformação dos sistemas educacionais em todo o mundo. Os técnicos e a política devem ter contato com um novo tipo de conhecimento forjado em uma epistemologia diferente, uma visão diferente da ciência. Para Santos (2015) a dialética lefebvriana traz uma marca própria: "o terceiro termo aqui não é o resultado ou a síntese dos dois termos anteriores [da lógica-dialética de Hegel de um lado e a de Marx do outro] e nem deriva de suas contradições. Ele é também um termo atuante nessa dialética triádica." (SANTOS, 2015, p.50). Lefebvre, ao compreender a dialética como lógica, continua Santos (2015), torna possível opor a relação entre Hegel e Marx, tida como um dos termos, à perspectiva nietzschiana, tida como outro. "La lógica formal, profundizada, no prohíbe el pensamiento dialéctico. Al contrario: muestra su posibilidad, deja abierta su exigencia, y su espera, y su trayecto; 'funda' su necesidad. La lógica formal remite a la dialéctica, por la mediación de la lógica dialéctica." (LEFEBVRE, 2013, p.43)

O papel da modernidade, especialmente quando se trata de sua proposta sobre a frente epistemológica e sobre a construção da sociedade de hoje é importante. Nessa perspectiva, o artigo propõe uma articulação entre a visão não-moderna de Latour, a dialética revisitada por Lefebvre e os pensamentos de Polanyi sobre o socialismo para alterar o status quo filosófico. Dizer isso, como ressalta Latour, é dizer que já temos os elementos, mas o que é necessário é conceitualizar de maneira diferente o que se faz atualmente. Neste sentido, todos nós somos não-modernos e conhecemos o mundo de forma dialética, pois não há outra maneira. No entanto, não se percebe isso. Se subscrever à explicação moderna, lógico-formalista e capitalista é persistir em negar a realidade e evitar que as coisas sejam discutidas em seus próprios termos.

Finalmente, o papel atual dos planejadores, professores, etc. não deve ser passivo, esperando que essa mudança ocorra. A sugestão é que se tente desvendar o atual discurso capital-capitalista para mostrar à sociedade que outro discurso é possível, que as idéias em voga e o chamado "discurso único" não precisam ser sobre-representados ad eternum. A própria prática dos planejadores poderia ser contaminada por esses pensamentos e eles deveriam encorajar o que alguns chamariam de "planejamento subversivo"⁷ (LIMONAD, CASTRO, 2013). "Trata-se de reconhecer essas 'virtualidades iluminadoras' [do urbano] como aquilo que, em outro contexto, Lefebvre chamou de 'agrupamento de resíduos', que se contrapõem ao sistema, ao poder." (PAULA, 2014, p.244) (ver também LEFEBVRE, 1967). Esse é um importante motor de mudança que merece maior pesquisa. Acredita-se que com mais discussão e debate será possível chegar a um processo que possa ter representatividade política e/ou a projetos que possam ser traduzidos em políticas públicas.

⁷ O tema é recorrente na coletânea citada, sendo que é central principalmente nos textos: Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil?, de Ester Limonad; e Subversão e planejamento como "práxis", de Rainer Randolph.

Referências Bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Metageografia: ato de conhecer através da Geografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015.
- CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanização Extensiva e planetária: formulações clássicas e contemporâneas. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Econômicas, FACE-UFMG, Belo Horizonte, 2016.
- FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HARVEY, David. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LEFEVBRE, Henri. A revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEVBRE, Henri. Lógica Formal, Lógica dialéctica. Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A., 2013.
- LEFEVBRE, Henri. Metafilosofia: prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEFEVBRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. Um novo planejamento para um novo Brasil? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livros I, II e III, 1968, 1970, 1974.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. As aventuras da dialética. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MILL, John Stuart. Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela. In: Bentham, Stuart Mill. São Paulo: Abril Cultural, 291-315 (Col. Os Pensadores), (1836[1974]).
- MONTE-MÓR, Roberto. O que é o urbano no mundo contemporâneo. Texto para discussão, n. 281. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2006.
- MOORE, Steven A. Tecnologia, lugar e regionalismo não moderno. In: SYKES, A. Krista (Org.). O campo ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- PAULA, João Antônio de. Crítica e emancipação humana: ensaios marxistas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- RANDOLPH, Rainer. Subversão e planejamento como “práxis”: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (Org.). Um novo planejamento para um novo Brasil? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTOS, César Simoni. A metageografia e a ordem do tempo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.) Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- SYKES, A. Krista (Org.). O campo ampliado da arquitetura: Antologia teórica 1993-2009. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016:

Onde se lia:

“Julho - Dezembro vol.13 nº2 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.12 nº1 (Jan-Jun) 2016 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2016”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.12 nº2 (Jul-Dez) 2016 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2016”

- No artigo *Agentes produtores do espaço na Serra do Cipó (MG): um breve paralelo*, de autoria de Guilherme Augusto Pereira Malta, Maria Flávia Pires Barbosa, Solano de Souza Braga, Bernardo Machado Gontijo, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *O não-moderno e a dialética na crise da modernidade: Uma visão sobre a perspectiva urbana de Lefebvre*, de autoria de Victor Augusto Campos Alves, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Os lugares da festa: narrativas de espaço, tempo e etnicidade no Congado mineiro*, de autoria de Patrício Pereira Alves de Sousa, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Análise da precipitação e eventos extremos em região semiárida: o caso da sub-bacia hidrográfica do Rio Figueiredo, Ceará - Brasil*, de autoria de Bárbara Maria de Almeida Maia, Flávio Rodrigues do Nascimento, Francisco Sérgio de Almeida Pinheiro, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Análise multitemporal dos estágios de desenvolvimento da atividade turística e das mudanças no uso e ocupação do solo do distrito de Monte Verde (MG)*, de autoria de Laura M. G. Salles Bachi, Marcos Antonio Timbó Elmiro, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Mapeamento digital para indicação preliminar de áreas suscetíveis a desastres mistos*, de autoria de Silvia Elena Ventrini, Évelyn Márcia Pôssa, Thiago Gonçalves Santos, Juliano Batista Romualdo, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No documento *Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2016*, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No documento *Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2016*, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”